

RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.603 - SP (2014/0115993-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : CANTINHO DO FERRO LTDA
ADVOGADO : ANA PAULA PRADO ZUCOLO FERNANDES E OUTRO(S) -
SP129213
RECORRIDO : JOÃO ROBERTO ALVES MACHADO
ADVOGADO : WALTER ANTONIO GAVIÃO DE CARVALHO E OUTRO(S) -
SP140781

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 181):

EMBARGOS DE TERCEIRO – Sentença de procedência – Autos retirados pelo estagiário de direito devidamente constituído pelo patrono do apelante – Carga "rápida" dos autos antes da publicação da r. sentença – Inteligência do art. 3º, § 2º do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – Ciência inequívoca com início da fruição do prazo recursal - Inteligência do art. 242 do C.P.C. – Interposição de embargos de declaração e apelação pelo recorrente – Recursos intempestivos – Preliminar acolhida - Recurso não conhecido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 191/203).

O recurso especial (e-STJ fls. 216/234), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta ofensa aos arts. 3º, *caput* e § 2º, da Lei n. 8.906/1994 e 242 do CPC/1973. Sustenta que o estagiário de direito somente pode praticar atos privativos de advogado em conjunto e, portanto, a simples carga rápida dos autos não pode implicar intimação da sentença para fins de apelação. Aponta ainda que o Código de Processo Civil prevê que as intimações sejam dirigidas aos advogados, não aos estagiários.

No mesmo contexto, aponta dissídio jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 250/256).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece provimento.

Segundo o acórdão recorrido, a sentença foi disponibilizada em 27/04/2009 e os embargos de declaração foram opostos em 04/05/2009 e rejeitados em decisão de 21/05/2009 (data da disponibilização). A apelação foi interposta em 08/06/2009.

Ocorre que, antes da sentença, o estagiário de direito retirou os autos em carga para cópia reprográfica (15/04/2009), ocasião em que a Corte local considerou a parte intimada da sentença.

Todavia, o entendimento desta Corte Superior está firmado no sentido de que a carga dos autos pelo estagiário não implica intimação da parte, para fins de interposição do recurso, merecendo reforma o acórdão recorrido.

Nessa linha:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO DA PENHORA. CARGA DOS AUTOS EFETUADA POR ESTAGIÁRIA DE DIREITO. INTIMAÇÃO CONSIDERADA SUPRIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A retirada dos autos da secretaria do juízo por estagiária de direito do escritório de advocacia que patrocina os interesses da ré não gera presunção de ciência do conteúdo dos atos processuais e, por isso, não supre a necessidade da intimação prevista no artigo 475-J, § 1º, do CPC/73. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1550141/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO. CARGA FEITA APENAS PELO ESTAGIÁRIO. INVALIDADE PARA FINS DO PRAZO RECURSAL.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que "a retirada dos autos em carga por estagiário de direito não importa em ciência inequívoca do advogado responsável pela causa (no caso, acerca do auto de penhora), para fins de aperfeiçoamento da intimação da parte". Precedentes.

2. Os atos praticados pelos estagiários somente podem ser considerados válidos se realizados em conjunto com o advogado.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1614713/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 27/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. CARGA DOS AUTOS POR ESTAGIÁRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES.

I. A jurisprudência desta Corte encontra-se consolidada no sentido de que a carga dos autos feita por estagiário não implica a intimação do advogado acerca da decisão proferida. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1452467/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 06/08/2015)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para que o Tribunal de origem, afastada a intempestividade, prossiga na análise da apelação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator